



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer sobre o projeto de Lei nº 830/2019

1. RELATÓRIO

O projeto de lei nº 830/2019, de autoria do Vereador Irlan Melo, que “acrescenta parágrafos ao artigo 29 da Lei 9.691/09”, foi protocolado e recepcionado e, após ser autuado com a devida instrução, foi encaminhado a Comissão de Legislação e Justiça, para a emissão de parecer sobre o projeto, tendo sido designado o vereador Reinaldo Gomes como relator.

Emitido o parecer pelo relator Vereador Reinaldo Gomes, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, tem-se que este fora aprovado.

Encaminhado a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, fora designado como relator desta comissão o vereador Flávio dos Santos, que emitiu parecer pela aprovação do projeto em análise.

Encaminhado a Comissão de Administração Pública, fora designado como relator desta comissão o vereador Juninho Los Hermanos, que emitiu parecer pela aprovação do projeto em análise.

Encaminhado a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, fui designado relator pelo presidente, Vereador Pedro Patrus, para emissão de parecer sobre o projeto de lei alhures citado.

Assim, nos termos do artigo 85 do Regimento Interno, passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A iniciativa do vereador Irlan Melo tem por objetivo alterar a legislação municipal que “dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano...”, qual seja, a Lei nº 9.691/09.

CHBH_DIRLEB-13/dez/19-15:47:15-009580-1

mei



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Neste sentido, o projeto prevê a inserção de dois parágrafos ao artigo 29 da Lei a ser alterada de modo que no primeiro parágrafo o texto prevê que possam ser modificados os próprios públicos que não sejam denominados por nomes de pessoas e que não existam moradores. Já o segundo parágrafo prevê que aos Projetos de Lei instruídos com abaixo-assinado com, pelo menos 80% (oitenta por cento) de assinaturas de moradores possam promover a modificação da denominação do próprio público.

Com efeito, a previsibilidade de que a comunidade local seja consultada, mediante a proposição de manifestação popular do tipo abaixo-assinado, a cerca da possibilidade de alteração da denominação do próprio público, (logradouro em que residem) encontra respaldo no Princípio Democrático da Participação do Cidadão de modo que a opinião dos diretamente atingidos possam ser consideradas, evitando-se desmandos a cerca da vontade unilateral de quem deseja homenagear alguma pessoa em detrimento da vontade da maioria.

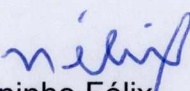
Sendo assim, a permissibilidade para alteração na denominação dos próprios públicos proposta pelo Projeto de Lei em tela vem de encontro com a necessidade de se retirar a proibição vigente, de que não podem ser alterados os próprios públicos, cuja denominação tenha ocorrido há mais de dez anos.

Tendo em vista as razões alhures apresentadas, não vislumbro óbice a aprovação do Projeto de Lei em tela.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei de nº 830/2019.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2019.


Maninho Félix
Vereador - PSD
Relator



Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 872/2019

Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Proponho que o Projeto de Lei nº 872/2019 de autoria do vereador Coronel Piccinini, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, bem como à Secretaria Municipal de Educação - SMED com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) Perguntas para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania:

- a) Como estão atualmente estruturadas as Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar no Município, no tocante ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; ao enfrentamento da miséria, da pobreza e principalmente no combate à fome? Qual o fluxo de atendimento em tais políticas e suas respectivas portas de entrada e critérios de inclusão?
- a) Em que medida o Projeto de Lei 872/2019 pode ou não contribuir para o fortalecimento, aprimoramento e ou consolidação da Política Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar no Município, no tocante ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; ao enfrentamento da miséria, da pobreza e principalmente no combate à fome?
- c) Qual a capacidade, considerando a estrutura e recursos humanos desta Secretaria, para cumprir e executar as ações previstas no caput do art. 3º do citado Projeto de Lei?

2) Perguntas para a Secretaria Municipal de Educação:

- a) Em que medida o Projeto de Lei 872/2019 pode ou não contribuir para o fortalecimento, aprimoramento e ou consolidação da Política Municipal de Educação no Município, no tocante ao combate a evasão escolar e à integração das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica a Comunidade Escolar?

Belle



b) Qual a capacidade, considerando a estrutura e recursos humanos desta Secretaria, para cumprir e executar as ações previstas no parágrafo primeiro do art. 3º do citado Projeto de Lei?

3) Perguntas para ambas as Secretarias :

a) É comum, ou recorrente sobrar ou perder alimentos *in natura* ou os processados ainda não preparados para o consumo imediato; destinados ao preparo da alimentação escolar? Existe perda destes alimentos em razão do vencimento da data de validade?

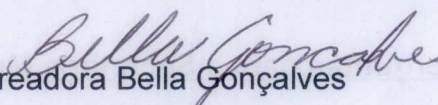
b) É comum ou recorrente sobrar ou não serem consumidos de forma diária os, alimentos já preparados, destinados à alimentação escolar?

c) Em caso afirmativo às questões anteriores, quais critérios e ou parâmetros técnicos são utilizados para se formular a previsão do provisionamento de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar no Município?

d) Estas Secretarias Desenvolvem programas ou políticas institucionais que tenham por finalidade combater, impedir ou reduzir o desperdício de alimentos, estejam estes *in natura*, processados ou já preparados para o consumo imediato?

e) É autorizado às famílias de alunos, moradores das áreas de abrangência das escolas e a comunidade escolar de forma geral, acessarem a alimentação escolar já preparada nos turnos escolares? Em caso afirmativo, esta relação se dá via de regra de forma habitual ou esporádica?

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2019


Vereadora Bella Gonçalves



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - CMBH
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Abrigo Pompeia

Data: 26/11/2019

Endereço: Rua Raimundo Venâncio da Silva, 29, Santa Efigênia.

Requerente: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor -
Requerimento de Comissão nº 1.365/2019.

Objetivo: averiguar as condições de abrigamento e da política de assistência social ofertada à população em situação de rua.

Suporte técnico: Divisão de Consultoria Legislativa

Vereadora presente: Bella Gonçalves

Representantes do local: Elerson Silva, Roseni, Fábio Júnior Fagundes (Cáritas); e Regis Spíndola, Sandra Regina Ferreira, Ronaldo Pereira de Mello (PBH).

Também esteve presente a defensora pública Júnia Roman Carvalho, convidada pela comissão.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita do dia 26 de novembro iniciou-se às 17h, na sala de reuniões do abrigo. A vereadora Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem à visita, informou aos presentes que o trabalho sistemático de monitoramento dos abrigos era decorrente da audiência pública ocorrida no dia 23 de abril de 2019, também por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A audiência foi realizada para discutir o recolhimento de pertences da população em situação de rua, mas, ao longo da reunião, surgiram reclamações do tratamento dispensado a essa população nos equipamentos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - CMBH
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

acolhimento institucional do Município. Desde então, a Comissão visitou o Albergue Tia Branca¹, o Abrigo São Paulo² e, agora, o Abrigo Pompeia.

O diretor de Proteção Social Especial da PBH, Regis Spíndola, informou que o Abrigo Pompeia se destina ao acolhimento institucional de famílias, com 32 cômodos divididos em 2 blocos. Um dos blocos passou por reformas recentemente, que incluíram a troca do telhado, manutenção na parte elétrica e pintura. Atualmente, o segundo bloco está sendo reformado e, por isso, encontra-se interditado. Em virtude da interdição, parte das famílias que utilizavam os cômodos foi transferida para o Abrigo Granja de Freitas e algumas já habilitadas à obtenção do Bolsa Moradia³ passaram a receber o benefício. Três famílias não aceitaram as condições da mudança e se reestruturaram, de forma a não mais depender do serviço.

Foto 1: bloco de quartos em reforma



Foto: Leonardo Assis/ CMBH

Desde 2016, o abrigo é mantido por meio de parceria entre a PBH e a Cáritas Brasileira. Segundo o plano de trabalho da parceria⁴, a entidade recebe R\$ 73.248,20 mensais para manter o serviço. Segundo Elerson Silva, da Cáritas, a equipe é composta de uma coordenadora, dois psicólogos, dois assistentes sociais, cinco agentes sociais, um assistente administrativo, um auxiliar de serviços gerais e um técnico de manutenção predial.

¹ Ver [Requerimento de Comissão nº 726/2019](#).

² Ver [Requerimento de Comissão nº 983/2019](#).

³ O Bolsa Moradia é um programa com objetivo de “promover atendimento emergencial ou temporário de famílias de baixa renda”. O programa é regido pela Lei nº 7.597/1998 e pelo Decreto nº 11.375/2003.

⁴ Disponível em: http://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/procuradoria/portaldasparcerias/smasac/planos_trabalho_parcerias/assistencia/caritas-brasileira-regional-minas-gerais/01.109.436.16-28/PT2TA_SMASAC_2018_CARITAS.pdf Acesso em 02/12/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - CMBH
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Fábio Júnior Fagundes, funcionário do abrigo, relatou que além do acompanhamento familiar conduzido pelos técnicos, há outras atividades em grupo no espaço, visando fortalecer vínculos entre os usuários. As principais são o “Chá das Mulheres”, voltado para as mulheres e fruto de parceria com o centro de saúde, e o “Dedo de Prosa”, conversa entre os homens usuários do serviço. Outra atividade, iniciada em maio de 2019, é o cultivo de hortaliças, que conta com o engajamento massivo dos usuários e com o apoio técnico da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. A horta foi ampliada recentemente e passou a integrar o circuito agroecológico da cidade, vendendo a produção excedente.

Foto 2: Horta



Foto: Leonardo Assis/ CMBH

Fábio Júnior também comentou sobre os encaminhamentos que o Abrigo Pompeia realizou ao programa Estamos Juntos⁵. Segundo o funcionário, houve problemas no início da implementação, com muitos casos de encaminhamentos malsucedidos. Desde então, algumas questões teriam sido resolvidas, mas alguns problemas ainda precisam de atenção. Ainda sobre os programas de emprego e renda, a agente social Roseni frisou a importância de mostrar de perto a possibilidade de autonomia, considerando que as pessoas em acolhimento institucional muitas vezes perdem a referência de uma vida estável. Roseni era usuária do Abrigo Maria Maria e está em processo de transição para o próprio lar, e seu caso tem sido exemplar para outras usuárias, que percebem possíveis estratégias de construção de autonomia.

⁵ O programa Estamos Juntos visa garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas, e é regido pela Lei nº 11.149/19 e pelo Decreto nº 17.136/19.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - CMBH
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Elerson Silva apontou que um dos desafios de trabalhar com acolhimento institucional é fazer com que as pessoas mantenham estabilidade após obter autonomia financeira e deixar o serviço de acolhimento institucional. Em muitos casos, a mudança não representa a recuperação dos vínculos sociais, mas uma nova situação de instabilidade, com risco de retrocesso na reinserção dessas pessoas na sociedade. A vereadora Bella Gonçalves destacou a possibilidade de inserir a Locação Social⁶ nesse processo, como forma de dar continuidade ao processo de autonomia daqueles que conseguiram trabalho. Elerson ponderou que moradia é a principal política pública voltada para a população em situação de rua em outros países em que a Cáritas atua, mas que, por diferentes motivos, não é assim no Brasil.

Outro grande desafio apontado pelos funcionários foi o combate à violência doméstica, já que cabe aos técnicos fazer a mediação do conflito respeitando as dinâmicas familiares e a vontade das vítimas. Jozeli de Souza, assessora da vereadora Bella Gonçalves, alertou para a necessidade de conexão permanente com a rede de combate à violência contra mulheres, habituada a lidar com a complexidade típica dessas situações.

Após a reunião inicial, a comissão visitou as instalações do abrigo. Algumas usuárias presentes relataram que a reforma melhorou os quartos, mas houve reclamações sobre outros pontos. Segundo elas, apesar de haver espaço para lazer, não há brinquedos ou outros equipamentos lúdicos para as crianças. Além disso, a assembleia mensal com a coordenação não tem acontecido, e existe demanda por maior flexibilidade de horários da portaria. Os funcionários haviam informado que as regras gerais de funcionamento do espaço saem dessa assembleia, que recentemente alterou questões como horários de entrada e alimentos entregues na cesta básica. Ainda segundo os funcionários, está em funcionamento uma comissão específica para revisão das regras.

O Abrigo Pompeia conta com uma quadra em boas condições de manutenção que, segundo Regis Spindola, também é utilizada pelo programa Escola Integrada. Nos quartos, há fogão, geladeira, cama e outros materiais de propriedade da PBH.

⁶ A Locação Social “tem como objetivo promover o atendimento temporário ou contínuo da população de baixa renda, por meio da locação, a preços acessíveis, de unidades habitacionais privadas ou públicas” (Fonte: PBH). O programa é regido pelo Decreto nº 17.150/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - CMBH
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Quando as famílias chegam ao abrigo, também recebem utensílios domésticos. No Abrigo Pompeia, todos os quartos são simples, abrigando um único núcleo familiar.

Foto 3: Quadra



Foto: Leonardo Assis/ CMBH

Alguns equipamentos do espaço ainda precisam de reforma, que, segundo a PBH, ainda não foi realizada por conta dos procedimentos de licitação e autorização, já que se trata de obras, e não de manutenção rotineira.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

Normas e transparência

A Comissão identificou inconsistência em relação à ocorrência da assembleia mensal. As reuniões com os usuários são importantes para receber sugestões, revisar as normas internas e promover um maior senso de responsabilidade com o espaço comum. Se bem trabalhadas, as reuniões têm o potencial de fomentar laços sociais e mobilização político-social entre os usuários, aspectos importantes na recuperação da autonomia entre pessoas em situação de vulnerabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - CMBH
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Violência doméstica

As situações de violência doméstica são complexas e merecem sempre a atenção do Poder Público. É necessário cuidado particular nos casos em que a violência ocorre dentro de um equipamento público, entre famílias acompanhadas pelos técnicos da assistência social. A Subsecretaria de Direito e Cidadania conta com uma Diretoria de Políticas para as Mulheres (DIPM), responsável por articular os serviços ofertados pela PBH visando a equidade de gênero e o combate à discriminação contra as mulheres.

Equipamentos para crianças

O Abrigo Pompeia acolhe famílias com crianças, e, por isso, são necessários alguns cuidados típicos das instituições que recebem esse público. Além de um processo de escuta diferente por parte dos técnicos da assistência social, é importante construir e manter um ambiente agradável, lúdico e educativo, considerando a condição peculiar da criança como pessoa em desenvolvimento, nos termos da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Horta institucional

A iniciativa de horta institucional, mantida em parceria com a Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana da PBH, tem gerado integração entre as famílias e produzido alimentos saudáveis. Considerando os resultados positivos apontados no Abrigo Pompeia, o projeto merece ampliação para outras unidades de acolhimento institucional no Município.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2019

Leonardo Assis Silva

Consultor Legislativo em Ciências Sociais e Políticas

CM 611

Avulsos distribuídos

Em 09 / 12 / 19

Responsável pela distribuição

Marcelo Mendicino - CM 527
Chefe da Divisão de Consultoria
Legislativa - DIVCOL

R 023/2019

Frederico Stéfano de Oliveira Arriero
Diretor do Processo Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Ocupação Anita Santos

Data: 05/12/2019

Requerente: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor -
Requerimento de Comissão nº 1.507/2019

Objetivo: Verificar as condições da ocupação Anita Santos e dos seus moradores.

Suporte técnico: Consultoria Legislativa.

Vereadores presentes: Bella Gonçalves e Pedro Patrus.

Também estiveram presentes representantes da Pastoral de Rua, Brigadas Populares, Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública da União (DPU).

DESCRIÇÃO DA VISITA

A Visita Técnica à Ocupação Anita Santos, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 1.507/2019 com o objetivo de verificar as condições da localidade e de seus moradores, foi iniciada às 9h30min do dia 5 de dezembro de 2019, na Avenida Tereza Cristina, número 420. Estiveram presentes cerca de 15 moradores da ocupação, além de representantes das Brigadas Populares e da Pastoral de Rua, movimentos sociais que prestam assessoria técnica, social e jurídica aos moradores. Compareceram também a vereadora Bella Gonçalves e o vereador Pedro Patrus, com suas assessorias, além da Dra. Júnia Roman Carvalho, Defensora Pública Estadual e do Dr. João Márcio Simões, da Defensoria Pública da União.

Foram convidados, ainda, o Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), Claudius Vinícius Leite



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Pereira e a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira da Cunha Pinto Colares, que não compareceram à visita.

A Ocupação Anita Santos está localizada na Avenida Tereza Cristina, ao lado do Viaduto Itamar Franco, no Bairro Carlos Prates. O terreno ocupado possui três espaços principais: um pátio amplo onde estão localizadas as casas autoconstruídas (Figura 1); um galpão extenso (Figura 2) e uma área externa entre as construções (Figura 3). A porção do terreno onde se encontram as moradias é arborizada e foram colocados ali canteiros com materiais reaproveitados (pneus, latas etc.) onde se cultivam plantas ornamentais (Figura 4).

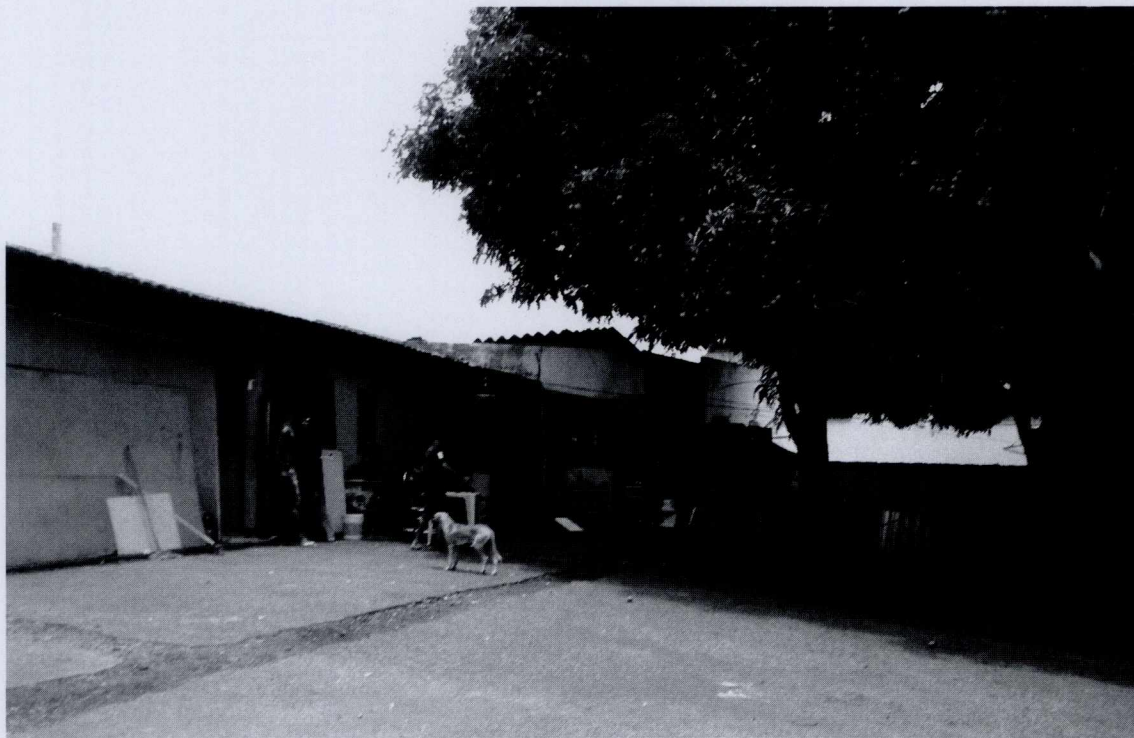


Figura 1 - Ocupação Anita Santos. Pátio onde se localizam as casas. Foto: Acervo Pessoal, 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

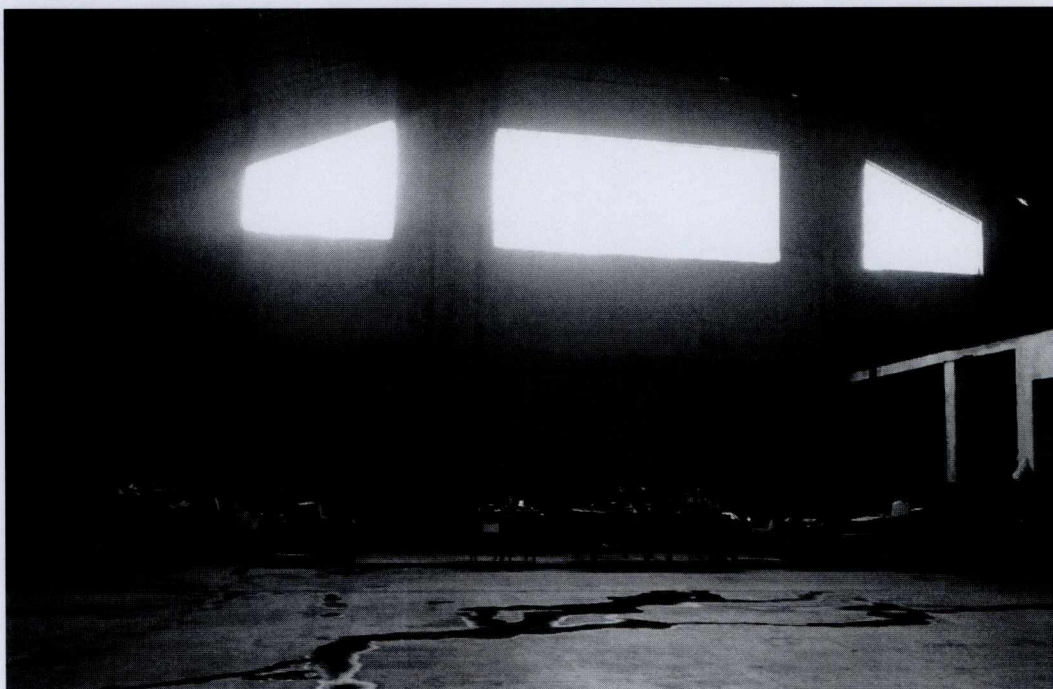


Figura 2 - Ocupação Anita Santos. Galpão. Foto: Acervo Pessoal, 2019.



Figura 3 - Visita técnica à Ocupação Anita Santos. Área externa entre construções. Foto: Acervo Pessoal, 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 4 - Ocupação Anita Santos. Foto: Acervo Pessoal, 2019.

A ocupação conta com cerca de 20 moradias, todas elas de pequenas dimensões, sendo a maior parte constituída por um ou dois cômodos. As construções se encontram em diferentes estados de consolidação, havendo habitações com paredes de madeira reaproveitada e outros materiais improvisados, assim como casas com paredes de alvenaria. As moradias, em sua maior parte, possuem telhas de amianto e ligações informais às redes de água e energia elétrica. Na área externa às casas existem tanques, torneiras e outros utensílios domésticos. O pátio se encontrava em bom estado de conservação, com folhas e frutos caídos das árvores recolhidos, evidenciando recente varrição. Não há presença de lixo ou entulho no espaço entre as casas (Figura 5).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 5 - Ocupação Anita Santos. Foto: Acervo Pessoal, 2019.

A área ocupada é de propriedade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera a rede de metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O terreno está localizado nas adjacências da linha férrea que atravessa a cidade, embora, segundo relatado durante a visita, não houvesse ali qualquer utilização há pelo menos 16 anos. Por mais de um ano, os moradores permaneceram no local sem que houvesse ação judicial para reintegração de posse. Em meados de 2019, no entanto, a CBTU entrou com ação para retomada do terreno - processo que se encontra em tramitação na Justiça Federal. Uma ordem liminar de despejo foi expedida em outubro de 2019 e, mediante ação da Defensoria Pública da União, foi suspensa pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Tribunal Regional Federal. O conflito foi, então, encaminhado à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais (Mesa de Diálogo), coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese), para que sejam encontradas soluções pacíficas ao litígio, garantindo a dignidade das pessoas que residem no local.

A visita foi iniciada com a apresentação dos moradores e convidados, seguida por relatos sobre a história da ocupação. Cerca de 26 pessoas, incluindo uma criança e uma mulher grávida se sentaram na área externa ao lado do galpão e do pátio das moradias para a conversa inicial (Figura 6).



Figura 6 - Visita Técnica à Ocupação Anita Santos. Foto: Gabinete Bella Gonçalves, 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Um dos moradores presentes relatou ter sido a primeira pessoa a ocupar o local, no primeiro semestre de 2018. Disse que estava em situação de rua e trabalhava como catador de materiais recicláveis na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), localizada nas imediações da área. Relatou que, ao passar pelo terreno, notou o espaço vazio e decidiu dormir no local. Alguns dias depois, chamou outros conhecidos - também em situação de rua - para ir à área. O morador contou, ainda, que o local estava completamente abandonado, com a presença de lixo, entulho e mato. Os cinco homens se organizaram para limpar e restaurar a área, embora o local estivesse repleto de plantas com espinhos - o que acabou ferindo um deles e impedindo-o de trabalhar pelo período de um mês.

Outro morador enfatizou que, inicialmente, o terreno da ocupação era “mato puro”, inutilizado, e que, no galpão, havia uma grande quantidade de produtos cosméticos vencidos. A partir de cooperação coletiva entre os primeiros moradores, conseguiram realizar a limpeza do local, tornando-o utilizável. No entanto, afirmam que, em períodos de chuva, ocorrem vazamentos no galpão, onde parte da laje parece instável, com risco de queda. Com a presença dos primeiros moradores no local, o terreno foi inspecionado por agentes de saúde que fiscalizam focos de dengue, fazendo com que se organizassem para consolidar a limpeza de toda a área e garantir que não haveria embargo por estarem ali.

Com a limpeza e revitalização do terreno, outras famílias foram construindo casas na ocupação. Os moradores relataram que, de maneira geral, as casas são feitas inicialmente de lona, seguidas por moradias de madeira e outros materiais improvisados e, posteriormente, consolidadas em alvenaria. A ocupação chegou a contar com cerca de 50 moradores, entre homens e mulheres, crianças e pessoas idosas. A maior parte das pessoas que se mudaram para o local estava ou esteve em situação de rua. Um dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

moradores presentes na visita afirmou que a permanência na ocupação permitiu que saísse das ruas e conquistasse seu direito constitucional à moradia. Ele ressaltou que não existem políticas públicas satisfatórias voltadas para a população em situação de rua em Belo Horizonte, destacando que os albergues estão em condições precárias e não se configuram como real solução para as pessoas sem casa. Outro morador classificou os albergues como “depósitos humanos”, afirmando que são locais impróprios para morar.

Segundo relatado durante a visita, nas primeiras semanas de formação da ocupação, os moradores foram abordados por seguranças da CBTU, que chegaram ao local de forma truculenta, interpelando os moradores. A situação foi amenizada quando os seguranças constataram a presença de crianças e mulheres no local.

Um dos moradores da Ocupação Anita Santos trabalha como artista a partir de objetos encontrados na rua e apresentou parte do seu trabalho (Figura 7). Ele ministra oficinas de pintura e outras produções artísticas no galpão da ocupação e a venda dos trabalhos constitui mecanismo de geração de renda a ele e aos moradores da ocupação. Seus materiais e instrumentos de trabalho estão alocados em um pequeno espaço dentro do galpão do terreno, formando uma espécie de ateliê (Figuras 8 e 9). Ele e outros moradores ressaltaram o desejo de que toda a área do galpão - antes vazia e inutilizada - se torne um espaço para realização constante de oficinas e outros eventos, consolidando a Anita Santos como um local de moradia e de oportunidades de trabalho para a população em situação de rua da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 7 - Visita à Ocupação Anita Santos. Foto: Acervo Pessoal, 2019.



Figura 8 - Ocupação Anita Santos. Foto: Acervo Pessoal, 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA



Figura 9 - Ocupação Anita Santos. Foto: Acervo Pessoal, 2019.

Durante a visita, foi constatado que o acesso à moradia na Ocupação Anita Santos significou também ampliação no acesso a oportunidades de trabalho, conforme relatado pelos moradores presentes. A localização próxima a galpões de reciclagem possibilitou a muitos a obtenção de renda a partir da coleta e venda de materiais recicláveis. Um dos primeiros moradores da ocupação contou que trabalha como catador de materiais recicláveis e, quando necessário, vende água mineral nos semáforos da Avenida Tereza Cristina. Ele afirmou que, embora seja pedreiro, carpinteiro e pintor - podendo comprovar os ofícios em sua carteira de trabalho -, não tem conseguido obter emprego nessas áreas. Assim, a reciclagem e venda de água se tornaram opções mais viáveis para geração de renda, garantindo que não passasse fome.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Outros moradores relataram sua trajetória, destacando as dificuldades no acesso à moradia e, conseqüentemente, a empregos. Um deles disse ser formado em pedagogia, cozinheiro e cuidador de idosos, embora trabalhe atualmente fazendo faxinas. Outro ressaltou que o nome da ocupação é uma homenagem à Anita Santos, militante pelos direitos da população em situação de rua - grupo que corresponde à maior parte dos moradores do local. Ele afirmou ser esse um dos segmentos mais excluídos da sociedade, cuja cidadania é constantemente negada. Ele relatou ter chegado à ocupação desempregado, mas que a possibilidade de fixação no local permitiu o acesso a oportunidades de trabalho. Ele enfatizou que hoje é um cidadão e contribuinte, tendo resgatado a sua dignidade a partir da conquista do direito à moradia. Segundo ele, a alternativa à moradia na ocupação é viver embaixo de alguma marquise, sujeito a abordagens violentas da polícia. De maneira geral, os moradores destacaram que fixar moradia em uma ocupação não é exatamente o que desejavam, mas que trata-se da única opção encontrada por eles para efetivação desse direito.

Após os depoimentos dos moradores da ocupação, representantes da Pastoral de Rua e das Brigadas Populares, além dos vereadores presentes, enfatizaram que as trajetórias apresentadas evidenciavam como a moradia é condição fundamental para o acesso a outros direitos, considerando, em especial, a condição das pessoas em situação de rua. Uma das representantes da Pastoral de Rua enfatizou que a moradia cria condições para acesso a outros serviços, como saúde, educação e assistência social. Ela destacou, ainda, as dificuldades de acesso à moradia por meio do Orçamento Participativo outros programas existentes da política municipal de habitação. Segundo ela, a experiência da ocupação aponta para outras formas de efetivação da política habitacional do município, como a locação social. Em sua visão, a área poderia representar um espaço concreto para viabilização desse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

mecanismo, que já se encontra formalmente instituído pela Prefeitura de Belo Horizonte.

O defensor público federal, Dr. João Simões, enfatizou que o imóvel ocupado, embora pertencente à CBTU, não estava vinculado a nenhuma atividade da empresa. Ele esclareceu que a ação de reintegração de posse teve a liminar de despejo suspensa até que aconteça o julgamento definitivo pelo Tribunal Regional Federal. Ele afirmou, ainda, ser importante que os órgãos de defesa dos direitos fundamentais, como a Defensoria, tenham uma postura ativa em processos como esse, a partir do ajuizamento de Ações Cíveis Públicas que exijam dos poderes executivos que cumpram seu dever de provisão de moradias.

A defensora pública estadual, Dra. Júnia Carvalho, esclareceu que o órgão não atua diretamente no caso, uma vez que trata-se de processo em tramitação na Justiça Federal, sob competência da DPU. De toda forma, ela ressalta que possui uma forte atuação junto à população em situação de rua, e que percebe ser esse o perfil principal dos moradores da Ocupação Anita Santos. A defensora acompanha o caso informalmente e defende que o conflito seja resolvido a partir da Mesa de Diálogo, garantindo a dignidade das famílias que ocupam o local.

Um representante das Brigadas Populares disse lamentar a ausência de representantes da Prefeitura de Belo Horizonte na Visita Técnica. Ele afirmou que o número da população em situação de rua tem aumentado em Belo Horizonte, em meio a uma conjuntura de desemprego e retirada de direitos. Segundo ele, as ocupações urbanas aparecem como uma resposta a esse cenário, uma vez que as políticas habitacionais não são efetivas para conter o déficit existente. Ele destacou, ainda, que o terreno ocupado foi alugado pela última vez pela empresa Alphaville, que não realizava atividades no lugar. Ressaltou que a propriedade possui débitos de IPTU desde a década de 1980,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

o que demonstra descompromisso do proprietário em zelar pelo imóvel. Ele comentou também que a área está inserida em uma Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), segundo caracterização do Plano Diretor vigente no município. Embora haja a indicação para adensamento, ele destacou que a região possui vários galpões com finalidades distintas, incluindo processamento de materiais recicláveis, e uma destinação semelhante poderia ser dada ao galpão da ocupação, como forma de geração de emprego e renda. Ele acredita ser difícil manter a gestão autônoma de um imóvel de tal proporção, defendendo uma intervenção da prefeitura para efetivação de atividades para geração de renda e garantia de permanência dos moradores do local.

De maneira geral, os presentes comentaram sobre o potencial da Ocupação Anita Santos em se tornar espaço de efetivação da política habitacional, geração de renda e acesso a serviços públicos. Destacaram a importância de sua localização em área central, região equipada com serviços públicos, ofertas de emprego e infraestrutura urbana. Ressalta-se o caráter específico da Ocupação Anita Santos que, embora reúna um número relativamente pequeno de moradores, é composta majoritariamente por pessoas com trajetória nas ruas. Os representantes dos movimentos sociais presentes na visita indicaram que o local poderia ser integrado à política de assistência social, considerando os relatos de reorganização da vida social de pessoas antes em situação de rua. De maneira geral, a ida à ocupação significou sua saída das ruas e possibilitou a elas encontrar formas mais estáveis de trabalho.

Um dos moradores afirmou que o imóvel em questão poderia ser alugado pela própria prefeitura para garantir a provisão de moradias às famílias. A vereadora Bella Gonçalves reforçou a afirmação, indicando a locação social como possibilidade de efetivação dessa demanda.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISITA

Demandas apresentadas

- Cessão do terreno pela CBTU ao Estado ou Município, para que possam gerir de maneira consorciada uma política habitacional no local;
- Integração da política habitacional, gerida pela Urbel, às políticas voltadas para a população em situação de rua;
- Direcionamento de recursos aprovados para o orçamento municipal de 2020 para a política habitacional - a partir de emendas parlamentares - para intervenções na Ocupação Anita Santos, consolidando o local como foco da política em articulação com ações voltadas à população em situação de rua da Assistência Social;
- Implementação de políticas integradas no local, aliando a provisão de moradias à população em situação de rua com projetos para geração de renda na própria área da ocupação;
- Visita à ocupação pelas autoridades dos poderes executivos municipal e estadual, para que possam verificar as condições do lugar e de seus moradores;
- Levantamento técnico da área pela Urbel, para avaliação do espaço, necessidades de benfeitorias e elaboração de projetos de uso, com a possível assessoria técnica de arquitetos urbanistas já atuantes no local.

População em situação de rua

Segundo dados do Censo Demográfico e do Cadastro Único do Governo Federal, a população em situação de rua tem crescido exponencialmente em Belo Horizonte nos últimos anos. O censo realizado em 1998 contabilizava 916 pessoas, passando para 1.154 em 2005 - um aumento de 27%. O número chegou a 1.827 pessoas em situação de rua em 2013, o que corresponde a um aumento de 56,9% no período. Em junho de 2017, o número de pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

vivendo em situação de rua em Belo Horizonte com cadastro atualizado era 4.553, passando para cerca de 8.000 em maio de 2019. Nos últimos dois anos, portanto, o aumento foi de 175%.

Emenda orçamentária

Foi aprovado, no dia 3 de dezembro de 2019, a revisão do Plano Plurianual de Ações Governamentais (PPAG 2018-2021), com aprovação da emenda 63, que destina R\$ 480.000,00 para a subação "Locação Social" (Programa 64, Ação 2792), visando o atendimento de 80 famílias pelo programa. Com a previsão orçamentária, o Poder Executivo fica autorizado a destinar o recurso à efetivação do programa, que seria resposta possível às demandas suscitadas durante a visita.

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Nota-se, em ofício de maio de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI) do Governo Federal¹, proposta para qualificação da CBTU em programa de descentralização e posterior concessão à iniciativa privada. Tais medidas, se efetivadas, alterariam os entes envolvidos no conflito fundiário relativo à Ocupação Anita Santos.

Avulsos distribuídos

Em 09 / 12 / 19

Responsável pela distribuição

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2019.

Marina Abreu Torres

Consultora Legislativa em Ciências Sociais e Políticas - CM 663

Marcelo Mendicino - CM 527
Chefe da Divisão de Consultoria
Legislativa - DIVCOL

Frederico Stejano de Oliveira Arriero
Diretor do Processo Legislativo

¹ Ofício nº 9398/2019/SECEX (MOR)-MDR.